

Ano eleitoral

O pacote de ajuste fiscal emitido pelo governo para fazer face às consequências da “gripe asiática” consistiu de aumento de impostos, aumento da taxa de juros e contenção dos gastos públicos, inclusive da capacidade de endividamento de Estados e municípios. Os juros continuam altos, o governo se dedica à prática da mesquinha fiscal, ameaçando a saúde financeira de entidades beneméritas, mas as restrições ao aumento do endividamento de Estados e municípios mal duraram um mês. Em sua última reunião, o Conselho Monetário Nacional autorizou o aumento da dívida, no montante global de R\$ 2,12 bilhões. A generosidade é dupla. Com uma mão, o governo autorizou a tomada de novos empréstimos; com a outra, indicou as fontes de onde poderá fluir o dinheiro, todas elas bancos oficiais.

A equipe econômica produziu várias explicações para o abrandamento das exigências feitas anteriormente a Estados e municípios. Há versões engenhosas, como a que afirma que o limite de endividamento dos municípios é fixado “por saldo”, isto é, os municípios podem contrair empréstimos no limite de dívidas efetivamente quitadas. Isso explicaria a manu-

tenção de limites de endividamento, mas não a sua expansão. O fato é que os técnicos não geraram a única explicação plausível para o recuo do governo: o aumento foi concedido em limite coincidente com a carga adicional que Estados e municípios estão tendo em razão do aumento das taxas de juro e porque o próximo ano, durante o qual poderão aumentar o endividamento, é eleitoral.

Pronunciada a expressão mágica “ano eleitoral”, todas as explicações técnicas se tornam supérfluas. São igualmente desnecessárias todas as considerações sobre o ajuste fiscal, tanto assim que o generoso aumento da capacidade de endividamento foi autorizado sem que o governo se preocupasse em avaliar o impacto que isso terá sobre as contas públicas. Custará o que custar, e pronto!

Já o impacto do ajuste fiscal sobre os brasileiros em geral, esse é perceptível sem a ajuda dos economistas do governo. Os juros na estratosfera afetam a cadeia econômica, primeiro no consumo, depois



na produção, sempre no nível de emprego. E os reflexos sobre empregos e salários não esperam o ano eleitoral. Quem pode, já está se protegendo. Os brasileiros que também são contribuintes já sabem o que os aguarda. A pesada carga tributária que suportam será agravada pela sobrecarga fiscal aprovada pelo Congresso. E os usuários dos serviços prestados pelos Estados e municípios tampouco se iludem. Sabem que ao crescente endividamento das administrações corresponde relação custo-benefício cada vez mais perversa dos serviços que recebem. Em resumo, pagam mais por menos, pois juros e encargos sobre dívidas irracionais não são investimentos, mas mero ônus.

O governo aumentou os juros e promoveu o ajuste fiscal para proteger as conquistas do Plano Real da turbulência que veio da Ásia. A opinião pública compreendeu as necessidades do momento e fez uma correta avaliação da conjuntura, apoiando as medidas em suas linhas gerais, apesar dos sacrifícios pessoais e so-

ciais embutidos no pacote. Numa segunda etapa, o debate das propostas do governo, no Congresso, deixou claro que não haveria uma distribuição equitativa dos ônus de mais esses esforços de austeridade. As medidas originalmente propostas pelo governo foram modificadas, em muitos casos, para retratar fielmente a poderosa influência exercida pelos lobbies. Isso já

**Governo afrouxa
restrições ao
endividamento na
véspera do novo
ano, que será
eleitoral**

foi suficientemente ruim para a imagem política do governo, que até então fizera questão de se distinguir de administrações anteriores, colocando-se acima de nego-

ciações com ranço fisiológico. Ao ceder às pressões de governadores e prefeitos, o governo — pois hoje o Conselho Monetário Nacional é constituído apenas por membros do governo — insiste em uma tendência que julgávamos superada: a de onerar os cidadãos e os contribuintes, esquecendo-se de que eles também são eleitores, para facilitar a vida de políticos em vésperas de eleições.